

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR RELATOR MINISTRO JOSÉ
ROBERTO FREIRE PIMENTA DA SUBSEÇÃO I ESPECIALIZADA EM
DISSÍDIOS INDIVIDUAIS DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO**

Incidente de Recurso de Revista nº 0000341-06.2013.5.04.0011

INSTITUTO DOS ADVOGADOS BRASILEIROS (“Requerente”), pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 34.075.812/0001-18, com sede na Avenida Marechal Câmara, nº 210, 5º andar, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP 20.020-080, vem, respeitosamente, perante Vossa Excelência, por seus advogados, em atenção ao edital de intimação publicado em 07/07/2016, requerer a sua admissão no feito na qualidade de

AMICUS CURIAE

com fulcro nos artigos 769 da Consolidação das Leis do Trabalho, 138 do Código de Processo Civil, e 3º, II da Instrução Normativa nº 39/2016 desse Eg. Tribunal Superior do Trabalho, pelas razões a seguir aduzidas.

**I – DO INTERESSE DO REQUERENTE: CABIMENTO DO
REQUERIMENTO DE INGRESSO NA QUALIDADE DE *AMICUS
CURIAE***

1. Trata-se de Incidente de Recurso de Revista que tem por objeto dirimir controvérsia a respeito da necessidade de revisão das súmulas 219 e 329 do TST, ambas atinentes ao pagamento de honorários advocatícios resultantes da sucumbência em reclamações trabalhistas.
2. Nesse contexto, o Requerente postula pelo ingresso no feito na qualidade de *amicus curiae* com o objetivo de resguardar os interesses da classe que representa, como se demonstrará a seguir.
3. O instituto do *amicus curiae*, regulado pelo art. 138 do Código de Processo Civil, nas palavras de Alexandre Câmara, diz respeito a “um terceiro que ingressa no processo para fornecer subsídios ao órgão jurisdicional no julgamento da causa”¹.
4. A partir disso e tendo em vista a localização topográfica do referido instituto no Título III do Livro III do Código de Processo Civil – livro atinente aos sujeitos do processo e título atinente à intervenção de terceiro -, trata-se de modalidade de intervenção de terceiro, na qual o interveniente não tem interesse direto na causa, na medida em que não participa da relação de direito material objeto da demanda, mas que, contudo, possui interesse *institucional*.
5. Isso porque, participando da relação processual, o *amicus curiae* poderá resguardar direito que transborde a relação de direito material discutida no bojo do processo, para defender o interesse de uma coletividade representada por ele, ou seja, por mais que não haja ganho direto com a decisão a ser proferida no processo, a coletividade representada por ele poderá obter vantagem.

¹ CÂMARA, Alexandre Freitas, *O Novo Processo Civil Brasileiro*, São Paulo: Atlas, 2015, p. 106.

6. Com efeito, o ora Requerente, se apresenta como entidade que, desde 1843, atua no interesse no aperfeiçoamento, na promoção e na atuação no ensino e pesquisa jurídica, como se depreende do art. 2º de seu Estatuto Social², representando, precipuamente, os advogados brasileiros.

7. Ademais, o Requerente sempre se apresentou como entidade preocupada com o fomento do interesse público, sendo até mesmo considerado de utilidade pública pelo Decreto nº 4.753-A³, especialmente em se tratando de discussões do interesse da comunidade jurídica.

8. Por estas razões, em se tratando de tradicional entidade que representa a classe advogada brasileira, torna-se evidente o interesse do Requerente em ingressar em feito que discute remuneração de honorários advocatícios em reclamações trabalhistas.

9. Pelo exposto, requer-se o ingresso no feito na qualidade de *amicus curiae*, na medida em que representa segmento social interessado na decisão a ser prolatada por essa Eg. Corte Superior, o que se fará na forma das razões a seguir expostas.

² Artigo 2º. São fins do IAB: I. A defesa do Estado Democrático de Direito e seus princípios fundamentais; II. o estudo do Direito, a difusão dos conhecimentos jurídicos e o culto à justiça; III. a colaboração e atuação, por todos os meios admissíveis, na manutenção e no aperfeiçoamento da ordem jurídica legítima e democrática; IV. a promoção da defesa dos interesses da nação, da igualdade racial, do meio-ambiente, dos consumidores e do patrimônio cultural, artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico; V. a representação, judicial ou extrajudicial, de seus filiados; VI. a contribuição para o aperfeiçoamento do ensino e da pesquisa jurídica.

³ Artigo 1º. O INSTITUTO DOS ADVOGADOS BRASILEIROS, com a sigla IAB, é uma associação sem fins lucrativos, de caráter nacional, com personalidade jurídica de direito privado, regendo-se pelo disposto neste Estatuto. O Regimento Interno regula os processos mediante os quais os órgãos do IAB aplicarão o Estatuto. Sua sede é na cidade do Rio de Janeiro, RJ, que também será o seu foro, com endereço na Avenida Marechal Câmara 210, 5º andar, Centro. Fundado em sete de agosto de 1843 e considerado de utilidade pública pelo Decreto Legislativo nº 4.753-A, de 28 de novembro de 1923, tem prazo indeterminado de duração. É permitido o estabelecimento de escritórios de representação e de realização de atividades sociais e administrativas em locais diversos da sede, no país ou fora dele, ficando a Diretoria autorizada a criá-los ou extingui-los, mediante Resolução, na forma do artigo 54, § 2º.

III – DO DIREITO DO ADVOGADO À PERCEPÇÃO DE HONORÁRIOS

10. A disciplina dos honorários sucumbenciais tem como escopo a remuneração do advogado em razão de seu sucesso na promoção e/ou resistência em demanda judicial. A partir disso, o patrono da parte vencedora tem seu bom trabalho reconhecido e premiado, tratando-se de verdadeira congratulação à qual o operador do direito faz jus.

11. Por esta razão, ao prolatar a sua decisão terminativa, o magistrado ainda arbitra a obrigação da parte vencida aos pagamentos de custas judiciais e honorários advocatícios. Isso porque, uma vez que fora o vencido o responsável por ter sido dada causa à demanda, incumbe a ele não só arcar com eventuais obrigações advindas da relação de direito material, mas também com os custos incorridos pela parte vencedora para o bom andamento do processo.

12. Sendo assim, ao promover seu assistido à vencedor em uma demanda, o advogado tem seu trabalho remunerado através do instituto dos honorários sucumbenciais.

13. O próprio Código de Processo Civil, aplicado subsidiariamente por força do artigo 769 da Consolidação das Leis do Trabalho, impõe este pagamento, trazendo ainda as balizas que delinearão a obrigação de pagar. A ver:

“Art. 85. **A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor.**

[...]

§ 2º Os honorários serão fixados entre o mínimo de dez e o máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa, atendidos:

I - o grau de zelo do profissional;

II - o lugar de prestação do serviço;

III - a natureza e a importância da causa;

IV - o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço.”

14. Portanto, o próprio Código de Processo Civil reconhece o direito do advogado de receber seus honorários em razão da consagração de seus assistidos enquanto vencedores da demanda.

15. Além disso, a legislação processual não só reconhece este direito do advogado, como também a sua natureza alimentícia. Por isso, não há de se falar tão somente de uma premiação pela boa condução de seus trabalhos, mas os honorários são a remuneração que a lei garante ao advogado em razão da sua atividade laboral.

16. A esse respeito, versa o parágrafo do art. 85:

§ 14. **Os honorários constituem direito do advogado e têm natureza alimentar**, com os mesmos privilégios dos créditos oriundos da legislação do trabalho, sendo vedada a compensação em caso de sucumbência parcial.

17. Destarte, a atribuição de natureza alimentar aos honorários atribui-lhe o condão de ser remuneração responsável pelo próprio sustento do advogado. Assim, além do bom trabalho executado e reconhecido, há o objetivo de retribuir o advogado pelo serviço prestado.

18. Cumpre ainda destacar que o parágrafo colacionado ainda reconhece que os honorários são direito do próprio advogado. Nesse mesmo sentido, pronuncia-se o Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil – Lei 8.906/94:

“Art. 23. **Os honorários incluídos na condenação**, por arbitramento ou sucumbência, **pertencem ao advogado, tendo este direito autônomo para executar a sentença nesta parte**, podendo requerer que o precatório, quando necessário, seja expedido em seu favor.”

19. Vê-se que nem a legislação processual, nem a legislação que abaliza a atuação advocatícia no Brasil permitem qualquer dúvida de que se trata de verdadeiro direito do advogado.

20. O art. 24, §3º do Estatuto da OAB⁴ vai além, proibindo que o advogado disponha convencionalmente do seu direito de receber honorários. Isso faz com que não seja tão apenas um direito individual, mas também faz do instituto dos honorários matéria de ordem pública, uma vez que nem mesmo a vontade individual tem o poder afastá-lo.

21. Cumpre ainda ressaltar que não há, nem na legislação federal, nem na Constituição Federal qualquer dispositivo que restrinja esse direito do advogado quando o processo judicial corre perante a Justiça do Trabalho.

22. Por estas razões, a lei reconhece o direito do advogado de percepção de seus honorários sucumbenciais, não havendo, por outro lado, dispositivo de natureza legal ou constitucional que possua indicação em sentido contrário.

III – DA NECESSIDADE DE SUPERAÇÃO DAS SÚMULAS 219 E 329 DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

23. Uma vez assentado o entendimento já esposado a respeito do instituto dos honorários advocatícios, cumpre adentrar especificamente a seara do Direito Processual do Trabalho, passando-se à análise das súmulas 219 e 329 desse Eg. Tribunal Superior do Trabalho.

⁴ Art. 24. A decisão judicial que fixar ou arbitrar honorários e o contrato escrito que os estipular são títulos executivos e constituem crédito privilegiado na falência, concordata, concurso de credores, insolvência civil e liquidação extrajudicial. § 3º É nula qualquer disposição, cláusula, regulamento ou convenção individual ou coletiva que retire do advogado o direito ao recebimento dos honorários de sucumbência.

24. Aduzem as súmulas que a obrigação de pagamento de honorários advocatícios não decorre pura e simplesmente da sucumbência, sendo necessário que se apresente concomitantemente os requisitos de: a) estar assistido por sindicato de categoria profissional; e b) comprovar a percepção de salário inferior ao dobro do salário mínimo ou encontrar-se em situação econômica que não lhe permita demandar sem prejuízo do próprio sustento ou da respectiva família⁵.

25. Este entendimento advém da interpretação da Lei nº 5584/70, que instituiu em seu art. 14 e seguintes a assistência judiciária gratuita na justiça do trabalho a ser prestado pelas entidades sindicais para aqueles cujo salário seja inferior ao dobro do mínimo ou se encontrem em situação econômica que não lhes permitisse demandar em juízo sem prejuízo do próprio sustento ou da respectiva família, uma vez que a Consolidação das Leis do Trabalho não tratava do tema à época. Vê-se que a súmula 219 chega até mesmo a repetir o disposto no ato normativo em comento.

26. Contudo, como se exporá minuciosamente, os mencionados dispositivos legais já se encontram derogados, criando lacuna legislativa que, em uma interpretação sistemática do ordenamento jurídico processual, faz incidir princípios gerais do direito e o já demonstrado direito à percepção de honorários – nos termos do art. 4º da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro – Lei nº 4.657/42.

27. No que toca a revogação dos dispositivos, ela ocorreu em decorrência da edição da Lei nº 10.288/2001. Esta lei adicionou o parágrafo 10º ao art. 789 da CLT, tratando da assistência jurídica gratuita prestada pelos sindicatos. Entretanto, esta segunda lei foi revogada pela Lei nº 10.537/2002, que ao dar nova redação ao dispositivo em comento, deixou a assistência judiciária gratuita na justiça do trabalho sem disciplina legal.

⁵ Súmula nº 219 do TSTI - Na Justiça do Trabalho, a condenação ao pagamento de honorários advocatícios não decorre pura e simplesmente da sucumbência, devendo a parte, concomitantemente: a) estar assistida por sindicato da categoria profissional; b) comprovar a percepção de salário inferior ao dobro do salário mínimo ou encontrar-se em situação econômica que não lhe permita demandar sem prejuízo do próprio sustento ou da respectiva família.

Súmula nº 329 do TST - Mesmo após a promulgação da CF/1988, permanece válido o entendimento consubstanciado na Súmula nº 219 do Tribunal Superior do Trabalho.

28. Por esta razão, a restrição de que somente seja possível demandar em juízo nos casos em que haja assistência sindical não encontra mais respaldo legal, visto que a lei que impunha aos sindicatos essa assistência já se encontra derogada.

29. Resta, portanto, analisar os princípios do direito e demais regramentos processuais que podem ser cabíveis ao caso, especialmente o princípio do *jus postulandi*, a assistência jurídica gratuita e o direito do advogado à percepção de honorários.

30. De acordo com o princípio do *jus postulandi*, trazido pelo art. 791, empregado e empregador podem reclamar pessoalmente perante a Justiça do Trabalho. Este princípio possuía o principal escopo de resguardar os empregados que não possuísem condições financeiras para a contratação de patronos que lhes assistissem.

31. Contudo, o que a realidade demonstrou foi que, ao invés de ingressarem em juízo sem nenhuma assistência, a quase totalidade dos empregados preferiu procurar advogados que lhes dessem suporte técnico jurídico em suas causas. O motivo disso era que ambas as partes tinham o desejo de estarem juridicamente amparadas.

32. Isso se agrava com o fato de que, na esteira dos demais ramos do direito, o Processo do Trabalho se tornou cada vez mais técnico, o que ocorreu em razão do crescimento no número de possíveis providências de natureza protetiva (ações cautelares, nominada e inominadas, tutela antecipada, tutela inibitória, ação civil pública, mandado de segurança, entre outros). Esta maior complexidade no Processo do Trabalho trouxe a reboque o aumento na necessidade de advogados que possuísem o conhecimento jurídico necessário.

33. Especificamente em se tratando de empregados que não podem pagar por assistência jurídica, pode-se perquirir de que forma estas pessoas puderam se amparar, contudo a própria estrutura estatal se encarregou de satisfazer esta necessidade. Nesse sentido, Constituição Federal prevê em seu art. 134 a instituição de Defensorias

Públicas, o que no caso da Justiça do Trabalho foi concretizado pela Lei Complementar nº 80/94. Dessa forma, o hipossuficiente financeiro poderá ter pleno acesso à assistência jurídica.

34. Ademais, em se falando no objetivo de proteger aqueles com menor capacidade financeira, a ausência de arbitramento de verbas advocatícias tem por uma de suas consequências que estas pessoas, quando não são assistidas pela Defensoria Pública, acabam por dividir parte do que ganharam nas demandas com seus advogados. Assim, ao invés da inexistência de imputação de honorários figurar como uma ajuda, esta configuração acaba lhe sendo mais gravosa.

35. Nesse contexto, demonstrou-se que empregadores e empregados – hipossuficientes ou não –, na maioria das vezes, passaram a contar com assistência jurídica que lhes desse a guarida necessária em demandas judiciais.

36. Consequentemente, o princípio do *jus postulandi* se tornou enfraquecido em razão do próprio costume. A lei permite o ingresso na Justiça do Trabalho sem o patrocínio de advogado, mas as necessidades fáticas e o conhecimento jurídico daquele que o faz impedem que assim ocorra.

37. Em oposição a este argumento de que a não necessidade de advogado fulmina a obrigação de pagamento de honorários, está o próprio direito do advogado de receber estas verbas – direito este que, como já exposto - decorre da própria legislação processual.

38. Para melhor ilustrar o que ora se discute, cumpre, ainda, trazer a essa Eg. Corte as contradições entre as súmulas 219 c/c 329 do TST e dois outros dispositivos: a súmula 234 do Supremo Tribunal Federal e a Instrução Normativa 27 do TST.

39. Em relação a esta segunda, seu conteúdo permite a coexistência do *jus postulandi* e o pagamento de honorários nas lides que envolvam relação de trabalho, mas não relação de emprego. Ora, não há nenhuma razão que justifique o tratamento

diferenciado entre as lides trabalhistas típicas e as que cuidam de relações de trabalho *lato sensu*.

40. Se não há razão que justifique esta diferenciação, é necessária a harmonização dessas situações jurídicas de modo que sejam tratados de maneira igual.

41. O mesmo ocorre com a aplicação da súmula 234 do Supremo Tribunal Federal, que impõe o pagamento de honorários em ações de acidente de trabalho. Não há nenhuma razão para que as ações de acidente de trabalho sejam tratados de maneira diferente das demais, uma vez que todas correm perante a Justiça do Trabalho.

42. Vê-se o surgimento de reconhecimento de que o pagamento de honorários é devido em algumas hipóteses de competência da Justiça do Trabalho, criando verdadeiras contradições.

43. Pelas razões expostas, buscando a harmonia do tratamento entre as diferentes demandas de competência da Justiça do Trabalho e tendo em vista o enfraquecimento do princípio do *jus postulandi* imposto pela realidade dos fatos, confia o Requerente que esse Eg. Tribunal Superior do Trabalho incorrerá na revisão das súmulas 219 e 329 dessa Eg. Corte, de forma a reconhecer o direito do advogado de receber seus honorários.

IV – CONCLUSÃO

44. Diante de todo o exposto, requer o Instituto dos Advogados Brasileiros o ingresso no presente feito na qualidade de *amicus curiae*, garantindo-lhe todos os poderes inerentes a esta modalidade de intervenção de terceiro, incluindo os poderes de se manifestar oportunamente, realizar sustentação oral e recorrer de quaisquer decisões, nos moldes do art. 138 do Código de Processo Civil.

45. Confia, ainda, no desprovimento do Recurso de Revista interposto, mantendo a decisão que condenou a Reclamada ao pagamento de honorários advocatícios em 15% do valor da condenação na sua integralidade.

Termos em que

Pede deferimento,

Rio de Janeiro, 08 de agosto de 2016

Paulo Penalva

OAB/RJ – 31.636

Diretor Procurador do Instituto dos Advogados Brasileiros

Rita de Cássia S. Cortez

OAB/RJ - 39.529

Caio Gaudio Abreu

OAB/RJ 186.587